

PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Contratos Digitais e Tutela da Pessoa Humana: Consentimento e Vulnerabilidade

Professor: Francisco Luciano Lima Rodrigues

Créditos: 03 (três)

Carga Horária: 45 h/a

E-mail: lucianolima@unifor.br

2. SÍNTESE DE CURRÍCULO

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2003), com estágio de pesquisa financiado pela CAPES na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2000) e graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR, 1986). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Possui trajetória acadêmica fortemente retroalimentada por sua vivência empírica na operação do sistema de justiça, atuando como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e ex-Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC). Essa perspectiva institucional singular tem fundamentado suas pesquisas sobre o desenho institucional do Poder Judiciário, a litigiosidade de massa e a proteção de grupos vulneráveis.

Atualmente, concentra suas investigações científicas em dois eixos complementares: (i) as interseções entre o Constitucionalismo Digital e a governança algorítmica, investigando empiricamente os impactos da inteligência artificial na fundamentação das decisões judiciais e na estruturação do Devido Processo Tecnológico; e (ii) a inclusão e o exercício da capacidade civil pela Pessoa com Deficiência à luz da ordem constitucional contemporânea. Possui publicações em periódicos e obras coletivas nacionais e internacionais, com destaque para capítulos publicados na Espanha (Sepin Editorial Jurídica, Madrid, 2023) e na Itália (Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli, 2026).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3409-970X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9326222299635345>

3. OBJETIVO

A disciplina tem como objetivo desenvolver uma análise crítica e aprofundada sobre os impactos das transformações digitais na teoria geral dos contratos e na proteção da

pessoa humana nas relações jurídicas privadas, a partir do paradigma do constitucionalismo civil contemporâneo. Busca-se examinar como a opacidade técnica dos ambientes digitais, a padronização algorítmica dos instrumentos contratuais, a arquitetura de escolhas imposta pelas plataformas tecnológicas e o uso massivo de dados pessoais na formação e execução dos contratos reconfiguram as categorias clássicas do consentimento, da vulnerabilidade, da boa-fé e da responsabilidade civil, exigindo respostas jurídicas que preservem a centralidade da pessoa humana frente ao poder estrutural das Big Techs e à lógica predatória do capitalismo de vigilância. A disciplina contempla ainda as dimensões da propriedade intelectual nos contratos digitais e as exigências de regulação comparada aplicáveis ao ordenamento brasileiro.

4. EMENTA

Contratos digitais e tutela da pessoa humana no âmbito do Direito Constitucional nas Relações Privadas. Releitura constitucional do contrato e da autonomia privada na sociedade digital. Consentimento contratual em ambientes tecnologicamente mediados: opacidade técnica, padronização e arquitetura de escolhas. Vulnerabilidades contratuais informacional, digital, econômica e cognitiva. Uso de dados pessoais, algoritmos e automação na formação e execução dos contratos. Propriedade intelectual, inovação e contratação digital. Contratos inteligentes e blockchain. Boa-fé objetiva, equilíbrio contratual e responsabilidade civil como instrumentos de proteção da pessoa humana nos contratos digitais.

5. PROGRAMA

Encontros	Conteúdo
1	Fundamentos constitucionais do contrato
2	Contratos digitais
3	Consentimento digital
4	Algoritmos e manipulação
5	Vulnerabilidade contratual
6	Big Techs e desequilíbrio
7	Dados pessoais
8	Smart contracts
9	Propriedade intelectual
10	Contratos tecnológicos
11	Boa-fé e revisão
12	Responsabilidade civil
13	Aula internacional

14	Trabalhos
15	Trabalhos finais

6. METODOLOGIA

O curso compreenderá um total de 15 (quinze) encontros, distribuídos em seis blocos temáticos, acrescidos de sessão especial com a participação de professor(a) estrangeiro(a) e duas sessões destinadas à apresentação dos trabalhos finais. As aulas serão expositivas e dialogadas, com estímulo permanente à participação crítica dos discentes por meio de seminários, debates orientados e análise de casos concretos envolvendo contratos digitais, termos de uso de plataformas e decisões judiciais nacionais e comparadas. As atividades apoiar-se-ão em consulta à doutrina especializada disponível nas bibliotecas digital e física da UNIFOR, bem como em periódicos nacionais e internacionais indexados. No decorrer do semestre letivo, os discentes deverão agendar encontros individuais com o professor, com a finalidade de receber orientação sobre a escolha do tema e o desenvolvimento do artigo final. A participação de professor(a) estrangeiro(a), prevista para o décimo terceiro encontro, integrará o espaço avaliativo da disciplina, com exposição temática e debate aberto sobre perspectivas comparadas do direito contratual digital, proteção do consumidor e regulação de plataformas.

7. AVALIAÇÃO

7.1 Artigo Final

O artigo consiste na redação de texto inédito, com extensão entre 15 e 25 páginas, obedecendo às normas da ABNT. O tema deve estar diretamente relacionado ao conteúdo da disciplina e apresentar nível de aprofundamento compatível com a pós-graduação *stricto sensu*.

Deve incluir, no mínimo, 10 referências de obras de doutrina, sendo pelo menos 1/3 de publicações estrangeiras, preferencialmente artigos de periódicos científicos. Não se recomenda a utilização de manuais de Direito, textos jornalísticos, blogs ou fontes não científicas.

Os trabalhos devem ser enviados ao e-mail lucianolima@unifor.br, nos formatos PDF e Word, com a indicação: TRABALHO FINAL — CONTRATOS DIGITAIS E TUTELA DA PESSOA HUMANA. O prazo de entrega é de dez (10) dias após a apresentação em sala de aula.

7.2 Critérios de Avaliação

- Tema diretamente relacionado à disciplina;
- Nível de aprofundamento compatível com curso de pós-graduação *stricto sensu*;

- Citação de, no mínimo, 10 textos de doutrina, sendo 1/3 de obras estrangeiras (livros, capítulos de livros ou artigos científicos). Recomenda-se fortemente não citar textos direcionados à graduação ou não científicos;
- Obediência às regras da ABNT;
- Quanto à utilização de IA Generativa pelos alunos nas atividades da disciplina, inclusive no trabalho final, SOMENTE poderá ocorrer com a finalidade de formatar o trabalho, corrigir o uso da língua portuguesa e preparar roteiro de apresentação, sendo INDISPENSÁVEL a transparência no uso e a indicação do PROMPT utilizado. A não observância importará na rejeição do trabalho e reprovação do aluno(a).

7.3 Frequência

Frequência obrigatória de 75%. O aluno pode faltar no máximo 3 aulas.

8. BIBLIOGRAFIA

8.1 Obras de Referência — Direito dos Contratos e Constitucionalismo Civil

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 8. Ed. São Paulo: RT, 2016.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; CICCIO, Maria Cristina de; RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. *Direito civil na legalidade constitucional*. Indaiatuba: Foco, 2021.

RODOTÀ, Stefano. *El terrible derecho: estudios sobre la propiedad privada y el contrato*. Tradução de Luis Díez-Picazo. Madrid: Civitas, 1986.

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Greco. *Fundamentos do Direito Civil: Contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 2020. V. 3.

8.2 Obras de Referência — Contratos Digitais, Plataformas e Capitalismo de Vigilância

COHEN, Julie E. *Between Truth and Power: The Legal Constructions of Informational Capitalism*. New York: Oxford University Press, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/37371>

FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. *Lei de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

HILDEBRANDT, Mireille. *Smart Technologies and the End(s) of Law: Novel Entanglements of Law and Technology*. Cheltenham: Edward Elgar, 2015.

PASQUALE, Frank. *The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

SUNSTEIN, Cass R.; THALER, Richard H. *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019. [Ed. portuguesa: A era do capitalismo de vigilância. Lisboa: Relógio D'Água, 2020.]

8.3 Artigos em Periódicos Internacionais (Scopus/Web of Science)

BUSCH, Christoph; SOUZA, Carlos Affonso; ZANINI, Gustavo. *Consumer Vulnerability, Digital Fairness, and the European Rules on Unfair Contract Terms: What Can Be Learnt from the Case Law Against TikTok and Meta?* *Journal of Consumer Policy*, v. 46, p. 431-457, 2023. DOI: 10.1007/s10603-023-09546-7. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10603-023-09546-7>

BUSCH, Christoph. *Implementing Personalized Law: Personalized Disclosures in Consumer Law and Data Privacy Law*. *University of Chicago Law Review*, Chicago, v. 86, n. 2, p. 309-332, 2019. Disponível em: <https://lawreview.uchicago.edu/print-archive/implementing-personalized-law>

CITRON, Danielle Keats. *Technological Due Process*. *Washington University Law Review*, St. Louis, v. 85, n. 6, p. 1249-1313, 2008. Disponível em: https://openscholarship.wustl.edu/law_lawreview/vol85/iss6/2/

COGLIANESE, Cary; LEHR, David. *Regulating by Robot: Administrative Decision Making in the Machine-Learning Era*. *Georgetown Law Journal*, Washington, v. 105, n. 5, p. 1147-1223, 2017. Disponível em: <https://georgetownlawjournal.org/articles/169/regulating-by-robot>

HILDEBRANDT, Mireille. *Law as Information in the Era of Data-Driven Agency*. *The Modern Law Review*, London, v. 79, n. 1, p. 1-30, 2016. DOI: 10.1111/1468-2230.12166. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2230.12166>

KINCHIN, Niamh. 'Voiceless': *The Procedural Gap in Algorithmic Justice*. *International Journal of Law and Information Technology*, Oxford, v. 32, 2024. DOI: 10.1093/ijlit/eaee024. Disponível em: <https://academic.oup.com/ijlit/article/doi/10.1093/ijlit/eaee024/7877312>

KROLL, Joshua A. et al. *Accountable Algorithms*. *University of Pennsylvania Law Review*, Philadelphia, v. 165, n. 3, p. 633-705, 2017. Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/penn_law_review/vol165/iss3/3/

BAROCAS, Solon; SELBST, Andrew D. *Big Data's Disparate Impact*. California Law Review, Berkeley, v. 104, n. 3, p. 671-732, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2477899

WACHTER, Sandra; MITTELSTADT, Brent; FLORIDI, Luciano. *Why a Right to Explanation of Automated Decision-Making Does Not Exist in the General Data Protection Regulation*. International Data Privacy Law, Oxford, v. 7, n. 2, p. 76-99, 2017. DOI: 10.1093/idpl/ix005. Disponível em: <https://academic.oup.com/idpl/article/7/2/76/3860948>

BARONA VILAR, Silvia. *Dataización de la justicia (Algoritmos, Inteligencia Artificial y Justicia, ¿el comienzo de una gran amistad?)*. Revista Boliviana de Derecho, n. 36, p. 14-45, jul. 2023. Disponível em: <https://www.revistabolivianadederecho.org/index.php/rbd/article/view/548>

RAINEY, S. et al. *Is the European Data Protection Regulation Sufficient to Deal with Emerging Data Concerns Relating to Neurotechnology?* Journal of Law and the Biosciences, Oxford, v. 7, n. 1, Isaa051, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/jlb/article/7/1/Isaa051>

8.4 Artigos em Periódicos Nacionais Qualificados (A1/A2)

ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de; REINAS, Caroline Pastrri Pinto. *Responsabilidade civil de algoritmos*. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v. 36, ano 10, p. 151-173, jul./set. 2023.

CORRÊA, Adriana Espíndola; LOUREIRO, Maria Fernanda Battaglin. *Biometria, autodeterminação informativa e proteção de dados pessoais*. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v. 36, ano 10, p. 151-173, jul./set. 2023.

FRAZÃO, Ana. *Plataformas digitais e os desafios para a regulação jurídica*. Revista de Direito Público — RDP, Brasília, v. 18, n. 100, p. 13-42, out./dez. 2021.

WIMMER, Miriam; DONEDA, Danilo. *'Falhas de IA' e a intervenção humana em decisões automatizadas: parâmetros para a legitimação pela humanização*. Revista de Direito Público — RDP, Brasília, v. 18, n. 100, p. 374-406, out./dez. 2021.

MAIA, Roberta Mauro Medina. *Posse e propriedade na era do metaverso*. Revista Brasileira de Direito Civil — RBDCivil, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 301-327, abr./jun. 2023. DOI: 10.33242/rbdc.2023.02.012.